

## Coluna do Castello

### Ausente da convenção fora do partido

**A** Constituinte está dando a partir de ontem a medida do tempo que ainda consumirá para votar a nova Constituição, documento indispensável para firmar a expectativa de estabilidade política e econômica. A promulgação da nova carta — a data agora estimada é princípio de julho — terá efeito imediato na colocação da sucessão presidencial e da organização partidária, ambas indissolivelmente vinculadas. A formalização da dissidência do PMDB para constituição de novo partido, embora possa ser antecipada, só se objetivará como fato político decisivo a partir da Constituição, como as tomadas de posição das forças em condições de disputar o comando da vida nacional.



A prévia de São Paulo antecipou o predomínio na estrutura do PMDB naquele estado com sólidas bases municipais e nas zonas eleitorais da capital do governador Quéricia, mas ficou desprovida da presença de grandes figuras que a partir de 1982 assinalaram a ascensão do partido até o estado hegemônico de que desfruta no momento. A dissidência aberta pelos srs. Franco Montoro, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, pode assinalar o início do declínio do partido ou, ao inverso, a perda de substância eleitoral dos grandes nomes do partido, até mesmo do sr. Ulysses Guimarães, cujo esforço de conciliação e pacificação parece definitivamente perdido.

Os dissidentes, como se sabe, estão na expectativa de que, independentemente de bases municipais, o novo partido deverá funcionar, até mesmo por efeito moral, dada a circunstância de que se preparam para disputar uma eleição presidencial que se realizará provavelmente sem participação de esquemas municipais. Seria mais uma eleição de prestígio do que de demonstração de força partidária. A nova agremiação pretende todavia, até mesmo pela inserção de candidatos na legenda do PMDB, situar-se à frente das prefeituras de grandes cidades. O deputado Pimenta da Veiga, que comanda a dissidência em Minas Gerais, acha que em 80 municípios mineiros a dissidência conta com 70% da preferência eleitoral para eleger os prefeitos. Esses oitenta municípios seriam os de maior peso eleitoral no estado e dariam suporte à expansão de uma campanha nacional e, em 1990, em todo o estado.

Na direção do PMDB, no entanto, há a expectativa de malogro dos dissidentes na tentativa de organizar um partido forte. Eles terminariam por repetir Tancredo Neves, que criou o PP para refluir, em seguida, ao PMDB, embora o tenha feito pelas razões legais conhecidas. O governador Newton Cardoso, a propósito da dissidência mineira, procura minimizá-la, a ponto de informar que “a informação vasou”, pois ele pretendia expulsar do partido os que agora dele se desfilaram. Isso não parece provável, pois os que abandonaram o PMDB em Minas são por enquanto oito deputados mas deverão chegar aos doze. Alguns líderes pemedebistas, no entanto, não tomarão posição nesta fase ainda de indefinições políticas. Seria o caso do senador Itamar Franco.

As convenções que se realizarem em maio e junho definirão os diretórios estaduais e nacional com mandato de dois anos, período que abrange a sucessão federal e a dos estados. Deixando de frequentá-las, a dissidência do PMDB está obviamente abrindo mão da filiação partidária e consumando, seja qual for o risco, a dissidência à esquerda do grande bloco que continuará sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães e, por efeito dos acontecimentos, mais próximos do governo José Sarney.